

Monocultivo do eucalipto na destruição da natureza e as formas de resistência da classe camponesa.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A expansão do eucalipto representa e deve ser compreendido como parte das estratégias do agronegócio mundial e da produção de *commodities*, pautado na apropriação da natureza, para a comercialização no mercado internacional, dada inserção do país em um divisão social e territorial do trabalho enquanto produtor de mercadorias do setor primário, atendendo ao processo geral de acumulação do capital, e vem acompanhado de um rastro de expropriação, subsunção do trabalho e sujeição da renda camponesa, representando uma significativa destruição da natureza e do trabalho.

Neste sentido, ressalta-se a importância de se realizar estudos críticos sobre o processo de expansão de empresas capitalistas produtoras de *commodities* no campo brasileiro, dada a forma predatória com que desenvolvem suas ações, visando apenas o lucro, destruindo a natureza e as forças sociais do trabalho. Além disso, é preciso desmistificar o agronegócio como o caminho para o desenvolvimento do campo brasileiro – cuja produção, além de degradante, não se faz para melhorar as condições de reprodução da sociedade como um todo, gerando apenas riqueza, seja sobre a forma de renda ou de lucro, concentrada nas mãos das classes proprietárias.

Além disso, acrescenta-se a importância de se discutir a temática pelo viés da Geografia, ao permitir a compreensão do processo de territorialização das empresas capitalistas e a produção desigual, porque classista, do espaço, que essa proporciona. Ressaltando-se, ainda, a importância de refletir sobre a unidade dialética entre a sociedade e a natureza, relação absolutamente maculada pela lógica expropriatória do capital, fomentando a apropriação do espaço para a produção de mercadoria e do lucro. Por outro lado, a leitura do território, permite-nos compreender as relações contraditórias entre os sujeitos/classes no espaço geográfico, fomentando territórios de conflitos, que na realidade em questão se expressa, por um lado, na territorialização do capital e, por outro, nos processos de organização, reprodução e resistência das comunidades camponesas em seus territórios de reprodução da vida.

Abordando os conflitos gerados pela monocultura do eucalipto no município de Encruzilhada/BA e as formas de organização e resistência dos camponeses que estão convivendo com os enfrentamentos e luta pelo direito de se afirmarem camponeses – que utilizam da terra e das águas para seu modo de vida. Na consolidação do território camponês – de trabalho e manutenção da vida, constroem as formas de mobilização e organização no território da vida, com iniciativas de enfrentamento e de denúncia, através de articulações que estão ao lado dos camponeses frente às iniciativas devastadoras do agronegócio.

APORTE TEÓRICO

Para compreender o processo de apropriação do território, buscou-se entender os conceitos de Natureza, possibilitando analisar o papel do homem e do capital na dominação e controle daquilo que se diz natural. Para Smith (1988), “o conceito de natureza abriga um dualismo essencial entre exterioridade e universalidade. Estes dois conceitos da natureza estão ambos inter-relacionados e são mutuamente contraditórios”. A natureza externa é a criada por Deus, primitiva, autônoma e matéria prima no qual a sociedade é construída, por outro lado a natureza também é universal, o homem compõe essa natureza, com seus comportamentos sociais. Além disso, as reflexões de Conceição

(2004), Lessa e Tonet (2011), Tonet (2013), Oliveira (2001), dentre outros, serão de grande valia na compreensão da realidade concreta das comunidades camponesas do entorno do Rio Pardo.

O debate sobre o trabalho ancora-se nas leituras de Marx (1984), Lessa (2009), Antunes (2002), dentre outros, a fim de compreender a relação sociedade-trabalho-natureza e as reflexões entre trabalho e trabalho abstrato. Essas também serão relevantes para compreender as formas de subsunção e precarização do trabalho sob as quais os trabalhadores do município de Encruzilhada estão assujeitados, além da sujeição da renda camponesa frente às empresas produtoras de eucalipto que se territorializam na região, interferindo no espaço que é produzido. As reflexões sobre o território têm em Oliveira (1998) suas inspirações iniciais, a fim de compreender os conflitos estabelecidos entre as classes antagônicas no processo de apropriação do espaço. Já no estudo sobre o campesinato ressaltam-se as contribuições de Shanin (1980), Martins (1981), Oliveira (2001), Marques (2002), Souza (2008), dentre outros. Em que, por meio de leituras clássicas e atuais, reúnem-se os argumentos para defender a existência e reprodução desses sujeitos/classes no campo brasileiro e na realidade em estudo. Apontando os conflitos entre classes antagônicas no território, mas também como os camponeses se organizam para resistir, reproduzir seu modo de vida e se apropriar dos recursos da natureza como condição central à sua reprodução social, realidade que confronta com a ação das empresas e produtores monocultores. Assim, para o debate sobre a reprodução da vida, ancorou-se nas reflexões de Martins (1981), sustentando-se no debate de Lefebvre (1991), visando compreender a realidade dos camponeses e camponesas que se reproduzem na área da pesquisa.

METODOLOGIA

Buscando a mediação entre teoria e prática para explicar a realidade concreta vivida pelos camponeses da comunidade em estudo, buscou-se realizar pesquisas bibliográficas dos autores que trazem contribuições importantes para tratar da relação sociedade, trabalho e natureza, tendo nessa relação dialética uma interação constante no território camponês em disputa. O acesso a documentos e sistematizações feitas pelas empresas e organizações ligadas ao capital silvicultor, trouxe dados relevantes para dar visibilidade a expansão e ampliação da produtividade, assim como da destruição causada pelas práticas do agronegócio. Paralelo a essa, o contato com os sujeitos de pesquisa, e a realização de entrevistas, individuais e em grupo, se fizeram necessárias para reforçar a teoria construída. Nesse período de isolamento devido a situação pandêmica do Corona Vírus 19, utilizou-se das ferramentas virtuais para obtenção das respostas e participação dos envolvidos, sendo realizadas entrevistas através de formulários definidos na plataforma da google, encaminhados para camponeses sem vínculos empregatícios com a empresa monocultora e funcionários assalariados da empresa atuante no município de Encruzilhada. A utilização de mapas, fotografias e dados secundários (sobretudo estatísticos) complementaram os principais instrumentos, que submetidos a análise crítica do método e da teoria crítica, permitiram a análise da realidade concreta em estudo, no movimento do campo brasileiro subsumido as ações do grande capital, representado, sobretudo, pelo agronegócio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Ferreira (2002), no caso da produção do eucalipto, o primeiro mito difundido é a ideia da elevada produtividade dos plantios, afirmando que esses foram feitos em áreas degradadas, ou mesmo áreas já desmatadas, disseminando a ideia da falta de vocação dessas terras agricultáveis, inferiorizando assim as formas tradicionais do uso da terra. Constrói-se, então, a ideia da “vocação natural” daquele ambiente, não levando em conta a amplitude da importância ambiental, social, econômica e da mata nativa, justificando então o plantio dessas espécies exóticas.

Koopman (2005) em sua obra, *Além do Eucalipto, o papel do Extremo Sul*, analisa e observa mais de perto as consequências concretas da instalação das empresas de eucalipto no Extremo Sul Baiano, trazendo a situação fundiária, a evasão do campo e o inchaço das cidades (sobretudo das periferias) e a força de trabalho empregada na monocultura de eucalipto e na agropecuária, como impactos da chegada dessas empresas”, (KOOPMANS, 2005, p. 72), que se utilizam dos recursos, do solo, da água e da força de trabalho disponível e precarizada, até que se esgote ou se torne inviável sua produção, enquanto os camponeses ficam sem esses recursos que são, em grande medida, apropriados pela empresa, para sua existência no campo.

Considerando o apontado por Harvey (2005) pouco importa ao capital o rastro de destruição que irá deixar nos espaços que explora, pois seu caráter expansivo, inclusive geograficamente, leva-o a explorar outros espaços, conquanto possa com essa mobilidade lucrar. Já os camponeses que vivem nesses espaços e tem na terra a única possibilidade de se reproduzir, o cuidado com a terra e com o que a natureza pode oferecer é condição de existência. Além disso, essas empresas atuam, também, na destruição das forças sociais do trabalho, explorando o trabalho camponês, retirando a única coisa de seu domínio, o controle de sua própria força de trabalho, que de forma abstrata objetiva extrair mais valia e desvincula-se da reprodução camponesa.

O cultivo do eucalipto emprega pouco, além de se tratar de empregos temporários, em geral terceirizados e precarizados, pouco ou nada contribuindo, efetivamente, para trazer melhorias às condições de vida dos sujeitos locais. Nesse propósito, reforça-se a necessidade de se compreender a sociedade de classes em que se vive, onde a territorialização ou monopolização do capital, vem no sentido de garantir ganhos econômicos às classes proprietárias – capitalistas e proprietários fundiários, e a produção da riqueza, gerada pelo trabalho sobre a terra, não se converte em riqueza da produção pela aqueles que a produz.

Esse cenário de crise estrutural do capital é apontado por Mészáros (2002) como expansivo, incontrolável, destrutivo e absolutamente desumano; por isso representa tanto a degradação do trabalho, quanto da natureza, e com ela da própria natureza humana. E é partindo desse entendimento teórico que busca-se compreender a expansão do capital no campo brasileiro, e no Centro Sul da Bahia, nesse movimento desigual e combinado de valorização do capital, que outrora se consolida com a produção do café, um dos fortes produtos do agronegócio brasileiro e, mais recentemente, com a difusão do monocultivo do eucalipto em diversos municípios da região, em destaque no município de Encruzilhada/BA, trazendo em seu rastro um ímpeto de violência, expropriação e destruição, para consolidar a apropriação da natureza, fomentando a propriedade privada sobre a terra a fim de convertê-la, e junto com ela o trabalho, à condição de mercadorias, necessárias a produção de outras tantas mercadorias que possam ser produzidas e vendidas, alimentando a reprodução ampliada do capital.

A implantação das empresas de eucalipto e a difusão desse monocultivo no Centro Sul da Bahia, como parte da expansão ocorrida em diversas regiões, em decorrência da demanda pela matéria prima por parte das industriais produtoras de papel e celulose

concentradas no sudeste e sul do país, vai levar a um processo de valorização e apropriação de terras e ameaças de expropriação de famílias camponesas, como pode-se verificar na realidade concreta da comunidade de Mamoeiro, em Encruzilhada/BA, provocando transformações significativas nesse território camponês, uma vez que eles começam a sofrer ameaças de expulsão, o que repercute em conflitos pelos bens naturais, expressando os interesses entre classes divergentes.

Tomando por perspectiva central compreender as transformações ocorridas no campo, embora de forma alguma nessa estrutura totalizante do capital isolada dos outros setores da economia, a exemplo da indústria e do próprio capital financeiro, é *mister* considerar o avanço dessas empresas capitalistas e do rentismo fundiário em direção aos territórios camponeses, onde ainda é possível se observar uma relação diferenciada com a natureza e de uma produção que, embora vinculada ao mercado, sobretudo pelos créditos financeiros, ainda salvaguarda uma lógica de reprodução da vida da família camponesa.

Mas, tal processo não se faz sem se considerar as suas contradições. Posto que além da sujeição da renda da terra, os camponeses, dadas dificuldades em que se reproduzem no campo, passam, em parte, também, a subsumir sua força de trabalho. Tendo que ceder ao assalariamento nas empresas de eucalipto, como forma de permanência no campo e na terra. Assim, os camponeses continuam camponeses, buscando sempre a sua reprodução enquanto trabalhador produtor de trabalho concreto. Sendo atingidos por essa imposição ao capital, sua manutenção na terra de trabalho se torna cada vez mais difícil, pois essa quebra da lógica de sua reprodução enquanto camponês, o coloca sob constante ameaça, seja pelo tutoramento de sua hora de trabalho, ou mesmo pela fadiga trazida pelo trabalho estranhado nas empresas.

Nessa perspectiva de sujeição do trabalho camponês nas empresas de eucalipto, o trabalhador não mais usufrui integralmente do resultado de seu trabalho. A imposição dessas empresas para que o camponês produza em suas terras matéria-prima silvícola, no caso abrindo áreas de eucalipto, para a futura comercialização para os arrendatários, ocasiona a sujeição da renda da terra.

Mas o campesinato também busca desenvolver formas de resistir, dentro dessa conjuntura desfavorável em que se vive e se trabalha. Através de forças estratégicas de resistência, via organizações populares e movimentos sociais, vai se consolidando, para o enfrentamento e manutenção da classe camponesa. Os estudos realizados nas comunidades do entorno de rio Pardo, no município de Encruzilhada, mais especificamente a comunidade de Mamoeiro, permitiu aferir essa realidade. Uma unidade dialética e contraditória de subordinação/sujeição e resistência/reprodução do campesinato local, tal qual o campesinato brasileiro, e mesmo de outros países e continentes, como apontam diversos estudos sobre o assunto, a exemplo de Shanin (1980, 2005), Martins (1981) e outros.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. In: **Revista Esforia**: Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas/UFSC, ano 2, n. 02, 2004, p. 79-91.

FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo – SP, 2002.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

KOOPMANS, José. **Além do Eucalipto. O Papel do Extremo Sul**. 2ª Ed. Teixeira de Freitas; Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens. Trabalho e Ser Social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro 1, vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. In: *Revista Terra Livre*, São Paulo: AGB, ano 18, nº. 19, Jul-dez, 2002. p. 95-112.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

_____. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

SHANIN, Teodor. **La Classe Incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro – RJ. 1988.

SOUZA, S.T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classe no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão - SE, 2008.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.